

NATUREZA DOS RECURSOS DO FUNDO de REGISTRO CIVIL

Mario de Carvalho Camargo Neto

A Lei Estadual 11.331/02 estabeleceu a arrecadação de recursos destinados à compensação dos atos gratuitos do registro civil das pessoas naturais e à complementação da receita mínima das serventias deficitárias (artigo 19, alínea “d”), geridos pelo Sindicato dos Notários e Registradores do Estado de São Paulo - SINOREG/SP por força do Decreto 47.589/2003.

A mencionada lei determina que a aplicação dos recursos deve ocorrer da seguinte maneira:

Compensam-se os atos praticados gratuitamente pelo Registro Civil das Pessoas Naturais, considerando: “I – os valores de compensação previstos na respectiva tabela de emolumentos para os atos gratuitos do registro civil das pessoas naturais, estabelecidos em lei federal; II - 50% (cinquenta por cento) dos valores previstos na respectiva tabela de emolumentos para remuneração dos demais atos, quando praticados a usuários beneficiários de gratuidade” (Compensação).

Havendo superávit, deve-se proceder à “complementação da receita bruta mínima das serventias deficitárias, até 10 (dez) salários mínimos mensais” (Suplementação).

Após isso, “em caso de haver sobra da verba destinada à compensação dos atos gratuitos do registro civil das pessoas naturais e à complementação da receita mínima das serventias, os oficiais de registro civil serão gradativamente ressarcidos pelos atos gratuitos praticados no período compreendido entre a data de vigência da Lei federal nº 9.534, de 10 de dezembro de 1997, e a data de vigência da Lei estadual nº 10.199, de 14 de dezembro de 1999”.

A destinação que deve ser dada aos recursos arrecadados é clara e não pode ser diversa da sua natureza, qual seja a **COMPENSAÇÃO DOS ATOS GRATUITOS DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E A COMPLEMENTAÇÃO DA RECEITA MÍNIMA DAS SERVENTIAS DEFICITÁRIAS**¹.

¹ Neste ponto, é importante que sejam destacados os motivos que levaram à proposta de arrecadação destes recursos, estampados na mensagem do Senhor Governador Geraldo Alckmin que acompanhou o projeto que ensejou a lei 11.331/02, ressaltando-se: “que a propositura, na fixação dos emolumentos, leva em conta o caráter social dos serviços em apreço, reafirmando a gratuidade dos atos assim estabelecidos em lei federal, com a previsão dos respectivos mecanismos de compensação, conforme determina o artigo 8º da Lei federal nº 10.169, de 29 de dezembro de 2000, bem como cria ágeis mecanismos de **repasse de recursos para as serventias deficitárias, permitindo-lhes continuar em funcionamento. (...) o que contribui para o melhor funcionamento dessa importante atividade de natureza pública.**”